

POR UMA CONCEPÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM

Inês Lacerda Araújo¹

ineslara@matrix.com.br

RESUMO: Semântica e pragmática são diferentes domínios da lingüística, o que não implica defender que uma ou outra basta para dar conta da linguagem. Elas podem e devem ser analisadas em seus próprios termos, suas funções são distintas. Significação, sinonímia, inteligibilidade de uma frase de um lado, e contexto de uso, recursos do discurso de outro, são particularidades, respectivamente, de cada um dos níveis. Porém no **uso** lingüístico, esses níveis caminham juntos, por vezes se imbricam; a compreensão do dito (semântica) e a leitura do que é dito (pragmática) a alguém, através de um ato de fala, são duas faces da mesma moeda, são complementares e imprescindíveis para a significação e para a comunicação lingüística. A linguagem não se reduz a um simples instrumento para o pensamento representar as coisas, a virada lingüística mostra que a estrutura articulada das línguas é que permite o pensamento, e a virada pragmática mostra que o uso, o contexto e os falantes negociam entre si aspectos da situação de fala e do ato de fala. A sentença proposicional requer elementos da situação, de modo que uma proposição pode ter seu valor de verdade preenchido por informações do contexto de fala. A linguagem é constituída por aspectos semânticos e pragmáticos, os quais se imbricam e dependem um do outro, de modo que defender que a semântica basta para a ciência da linguagem não passa de um formalismo estéril; defender que a semântica nada representa, que falante e situação de discurso bastam, é ignorar que não é possível ato de fala sem significação. Para demonstrar essa hipótese, os caminhos foram: uma semântica não referencial, que ressalta o papel da linguagem na semiotização da realidade; a semântica referencial que dá conta da relação linguagem/realidade; a semântica por condição de verdade que vê o falante em situação e desbanca as teses representacionistas; as vertentes da pragmática que analisam a relação entre proposição e ato de fala, aspectos da conversação, a distinção entre sentença e seu uso, e a diversidade dos jogos de linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: semântica; pragmática; signo; proposição; ato de fala.

1. SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

A disputa entre os lingüistas que afirmam ser a semântica o nível último e suficiente para a construção lingüística, após as estruturações fonológicas e sintáticas a dar inteligibilidade às línguas, e entre os lingüistas que sustentam ser a pragmática

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

imprescindível para compreender como uma frase tem significação e pode ser comunicada, é uma disputa estéril.

Cada qual se caracteriza de modo próprio, semântica e pragmática podem e devem ser analisadas em seus próprios termos; os recursos típicos a cada uma, permitem cumprir diferentes funções lingüísticas. Significação, sinonímia, inteligibilidade de uma frase, e contexto de uso, recursos do discurso, são particularidades, respectivamente, de cada um dos níveis. Porém no **uso** lingüístico, esses níveis caminham juntos, por vezes se imbricam; a compreensão do dito (semântica) e a leitura do que é dito (pragmática) a alguém, através de um ato de fala, são duas faces da mesma moeda, para usar uma metáfora cara a Saussure. Ou seja, semântica e pragmática são complementares e imprescindíveis para significar algo pela linguagem, e para a comunicação lingüística.

O pensamento filosófico sofreu uma importante modificação em meados do século XIX, que se convencionou chamar de **virada lingüística**. Essa virada foi o solo epistemológico no qual surgiu a ciência da lingüística (Saussure e Hjelmslev), a lógica matemática (Frege, Russell), a solução ao problema da denotação (Wittgenstein), a hermenêutica (Gadamer, Heidegger), a semiótica (Peirce), o estruturalismo (Jakobson, Barthes). O pressuposto comum a eles, é que a linguagem (em seus aspectos sintáticos, formais, lógicos, estruturais, semânticos) permite operações como pensar, conhecer, deduzir; ou seja, as operações supostamente “mentais” ou “cognoscitivas” não passam de uma cortina de fumaça platônica, cartesiana. A linguagem não se reduz a um simples instrumento para o pensamento representar as coisas, sua **estrutura articulada**, é independente de um sujeito ou de uma vontade individual e subjetiva. Em outras palavras, a linguagem não é o instrumento precário e imperfeito do qual o pensamento se serve para realizar as operações de representação mental da realidade. A função da linguagem vai além da simples nomeação de objetos ou designação de algo da realidade; o signo significa e como que dá instruções ao pensamento, sua significação não decorre de uma suposta relação direta com a coisa nomeada. Sem linguagem, com suas estruturas, regras de formação, e uso de atos de fala, não há pensamento, não designação, não há referência.

Essas questões podem e devem ser abordadas de um ponto de vista em que a Lingüística e a Filosofia da Linguagem cooperem uma com a outra. A significação e a comunicação se fazem a partir de estruturas sýnicas (unidade de significação), que ensejam a forma da proposição ou frase gramatical (unidade de expressão de um fato,

situação, estado de coisa). Porém, se a linguagem se limitasse a expressar um pensamento completo, não seria possível compreender o que se quer dizer com a frase e, muito menos com a proposição, uma vez que ambas ganham vida no e pelo ato de discurso. Essas importantes considerações caracterizam a **virada pragmática**, que se deu tanto na Lingüística, com Grice, Stalnaker, como na Semiótica, com Peirce, e na Filosofia da Linguagem. Nessa, temos Wittgenstein de *Investigações Filosóficas*, Austin e Strawson com a concepção de atos de fala, Quine com sua tese da inescrutabilidade da referência, a teoria da interpretação radical de Davidson, o neopragmatismo de Rorty, a teoria do agir comunicativo de Habermas.

Neste texto argumento contra a hipótese defendida pelas teorias semânticas “puristas”, de que a semântica basta, portanto a pragmática não passaria de um apêndice da sentença proposicional ou da frase significativa; mostrarei que as teorias semânticas que consideram o contexto de fala necessário para a significação e inteligibilidade de uma sentença gramatical são mais produtivas para a análise e compreensão da linguagem. Ou seja, há uma disputa no terreno da semântica entre os adeptos do formalismo (em geral, as semânticas por condição de verdade), e os adeptos do uso contextual, no qual elementos semânticos e pragmáticos se acham imbricados. Creio que estes últimos saem vencedores, suas hipóteses são mais ricas, podem ser analisadas com um instrumental teórico e conceptual renovador. Não há porque defender a semântica em detrimento da pragmática, nem esta em detrimento daquela.

Para essa discussão, foram eleitos Saussure, Sapir e Whorf, Peirce, Stalnaker, Grice, Davidson, Austin e Wittgenstein. Seriam possíveis outras escolhas, mas creio suas propostas são as mais apropriadas para construir uma concepção semântico-pragmática da linguagem.

2. UM CASO DE SEMÂNTICA NÃO REFERENCIAL

Através da linguagem dizemos algo sobre o mundo, nos referimos à realidade. Há que se questionar se o dizer significativo depende ou não dessa relação, e quais são as conseqüências decorrentes de uma resposta afirmativa e de uma resposta negativa.

Quando Saussure propôs a diferenciação entre *langue* e *parole*, evidenciou que regras e uso cumprem funções diversas, a fala concreta não permite abordagem

científica do signo lingüístico. Este é analisado a partir de suas relações recíprocas, tanto em termos de sintagmas como de paradigmas. Desse modo, a relação da linguagem com a realidade (problema da denotação) e o usuário com seus atos de fala, são deixados de lado. A referência é um problema que a filosofia pode abordar, mas não a lingüística estrutural. Quanto ao usuário, Saussure mostra que no circuito da fala há pelo menos dois indivíduos, em cuja consciência os conceitos são associados às representações dos signos lingüísticos e às imagens acústicas que exprimem signos. Mas o foco de sua análise não é a multiplicidade de línguas e de situações de uso, pois sem algo comum a essa diversidade não é possível fazer ciência da linguagem. A fala depende de um “sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos” (SAUSSURE, 1975, p. 21), isto é, a língua, que é social, independe do usuário; este aprende um sistema completo, sobre o qual ele não tem ingerência. Porém, *langue* e *parole* formam um par opositivo, e, historicamente, a fala precedeu a língua. A fala é o meio de aprendizado da língua materna, além de permitir as transformações da língua, que se acha como que “depositada” no cérebro de cada um, como se fosse um dicionário com exemplares idênticos distribuídos a cada indivíduo; essa estrutura inconsciente é formada pelas regras que possibilitam toda e qualquer emissão significativa. Assim, os fenômenos da fala “são individuais e momentâneos”.

O signo combina, como se fossem as duas faces da mesma moeda, o **significado**, seu conceito, com a imagem acústica, seu **significante**. A seqüência fonológica só é um signo se exprime um conceito. A relação entre ambos é arbitrária, pois nada há em um conceito, que motive a seqüência sonora (significante) correspondente, porém a união que se estabelece entre eles é regrada pelo sistema da *langue* que define e dá o valor de cada termo. A significação vem da associação entre significante e significado, cada signo vale com relação aos outros, portanto, a significação **não depende da referência** do signo com o que ele designa; a referência à realidade deve ser excluída da compreensão e do funcionamento dos signos. Saussure tem razão, pois o sistema de regras serve à designação, à compreensão e comunicação; se a semântica dependesse da realidade, da coisa, não haveria código lingüístico; o código não estabelece nenhuma conexão necessária entre o signo e o objeto, entre a frase, e um estado de coisa. Assim é possível “semiotizar” a realidade através das

múltiplas formas da linguagem; falar e significar, se desprendem da função única da nomeação.

A consequência para a filosofia da linguagem é ultrapassar as teses representacionistas, para as quais a realidade (objeto) e o sujeito que a conhece (pensamento), bastam. Ora, para haver significação é preciso linguagem. É na e pela linguagem que conceitos, idéias operações ditas “mentais” emergem; portanto, é pela linguagem que a realidade pode ser designada; é através do léxico e da estrutura sintático-semântica que a linguagem exerce sua função de significar e comunicar.

Mas para analisar essas funções, o instrumental teórico de Saussure não basta. A capacidade que as línguas têm de semiotizar a realidade não decorre do código, dos signos estruturados no sistema de uma língua.

Uma resposta possível vem da sociolinguística; a concepção de Sapir de que o léxico é próprio de cada língua, e de Whorf, seu discípulo, de que a própria organização sintática é exclusividade de cada língua, mostra o **papel ativo da linguagem**. Não há estruturas universais nas línguas, nem mesmo no nível sintático, ao contrário do que diz a tradição que vai da Gramática de Port-Royal até Chomsky, Katz e Fodor. Para apreender a realidade, é preciso uma sintaxe, que permite ao pensamento, em função de formas e regras peculiares de uma língua, “organizar” a realidade. Assim, tempo, espaço, relação entre seres e suas propriedades, o modo de relacionar coisas e abordá-las, os recursos para nomear, enfim, a organização sintática das frases varia; cada comunidade linguística recorta a realidade de acordo com os recursos lexicais, sintáticos e semânticos próprios de sua língua. A “lógica” proposicional que pressupõe a universalidade da forma sujeito/predicado, não pode ser sustentada sem problemas.

Isso mostra que a língua não se limita a puro instrumento do pensamento, ela não é um código de sinais convencional que expressa o que se passa na mente, que “diz” o pensamento, submetendo-o à precariedade dos códigos linguísticos, aos signos. O próprio senso comum, imerso na transparência das palavras, considera que a linguagem não passa de sons, vocábulos.

A língua não é o meio precário para o pensamento poder ser “posto em palavras”, tampouco os enunciados são limitados a traduzir a realidade. Pelo contrário, as línguas estruturam e “semiotizam” a realidade, tornando-a compreensível e comunicável, de modo análogo às formas a priori kantianas; o que se pode conhecer, o modo de se conhecer e o modo de se transmitir são linguísticos.

A análise estrutural não fornece conceitos que permitam abordar aspectos essenciais à comunicação e para a semiotização da realidade, tais como o usuário, os atos de discurso, o uso contextual, as interações verbais. Nos itens 6, 7 e 8, são analisados esses fatores pragmáticos tanto no terreno da Lingüística como no da Filosofia da Linguagem.

Acima se mostrou que para Saussure, a significação depende apenas do código. Porém, ao contrário do que ele sustenta, a unidade lingüística usada na comunicação não é o signo e nem são as regras de combinação entre sintagmas e paradigmas. Para comunicar uma frase com sentido e “conteúdo”, há que se levar em conta uma unidade de significação que permite saber qual é o caso, do que se trata naquele enunciado, o que se diz na frase e com a frase, e isso se dá em outro nível, o da **proposição**. É nesse patamar que se constitui a semântica referencial.

3. SEMÂNTICAS REFERENCIAIS

Até o século XVIII predominava a noção de que a linguagem reflete o pensamento, cujas leis seriam universais. Sob a superfície das frases gramaticais há uma articulação lógica mais profunda, a de um sujeito lógico e sua relação com um predicado, o que espelharia a relação que todo ser na realidade tem com suas qualidades. Há uma disputa hoje entre o internalismo, ao modo de Chomsky, e entre o externalismo, que rejeita as noções de universalidade e da necessidade de uma estrutura que seja fulcro, modelo universal e necessário para toda e qualquer frase ou emissão verbal. O pressuposto deste texto, é o de que o externalismo sustenta melhor a hipótese da imbricação entre semântica e pragmática; espero deixar claras as razões para tal hipótese.

A filosofia da linguagem nasce no final do século XIX quando a atenção se volta para a proposição, que faz a relação entre linguagem e realidade; a função da referência se torna central e imprescindível para a semântica, para a significação.

A proposição tem um *designatum*, que é a classe de objetos (não necessariamente no sentido de objeto físico), propriedades, que dão condições de verdade às sentenças de uma dada língua. As condições de verdade de uma sentença qualquer significam que *p*, no sentido estrito de seu significado, quer dizer, as condições

referenciais daquela linguagem fornecem regras para a significação da sentença, conforme a proposição for ou não verdadeira. O que a sentença significa, depende de suas condições de verdade. O enunciado afirma algo através de uma proposição, algo é dito e o que é dito corresponde ao mundo, ao estado de coisa. A proposição efetiva a regra ou função que conduz do estado de coisa a um valor de verdade. E essas situações, como mostra R. Stalnaker, não precisam ser verificadas empiricamente, pode ser uma situação possível ou imaginária (cf. 1982, p. 61). A proposição pode ser transcrita para uma linguagem formal, que não depende de qualquer língua falada, e tampouco depende do ato de fala, seja ele assertórico ou não.

Os passos iniciais da semântica se devem a Frege, Russell e Wittgenstein (no *Tractatus Logico-Philosophicus*). Não é o objetivo neste texto abordar as contribuições essenciais desses autores, exaustivamente analisadas ao longo das últimas décadas, apenas anotar o seguinte: o significado de uma sentença não se confunde com o estado de coisa que ela descreve ou refere; há mais de uma maneira de expressar-se acerca de um mesmo evento. As condições de verdade dependem de uma análise dos elementos que compõem a sentença, a referência de cada termo é estipulada de acordo com a sua extensão empírica; assim, é possível afirmar algo acerca de uma entidade, e, ao mesmo tempo compreender o pensamento, isto é, a unidade de significação. A sentença “A Terra gira em torno do Sol” é compreendida como um pensamento completo, ela tem uma significação traduzível. Além disso, seu valor de verdade diz que há uma situação (de fato) na qual o planeta x (cujo significado ou extensão pode ser verificado) tem a propriedade de girar em torno de uma estrela (cada termo pode ser verificado); a sentença é verdadeira, o estado de coisa no mundo existe do modo como o conteúdo proposicional da sentença descreve ou afirma; do contrário seria falsa.

Wittgenstein mostrou que essa relação de vai e vem entre a sentença e o estado de coisa, é uma função tanto do que no mundo pode ser fato, como do que na proposição pode ser formulado como descrição ou asserção de tal fato. Há uma correspondência biunívoca entre linguagem e realidade, saber sua verdade ou falsidade é condição para a compreensão de seu significado.

Mais recentemente, Davidson apresenta uma semântica que soluciona o problema da relação entre linguagem e realidade, sem depender da referência.

4. SEMÂNTICA FORMAL NÃO-REFERENCIAL

Davidson afirma que uma teoria semântica das sentenças das línguas naturais pode dispensar o papel da referência para o significado, pois este depende da verdade. A linguagem e a comunicação são satisfeitas por condições semânticas, a verdade para sentenças fechadas tem como suporte as **estruturas formais da linguagem natural**, e alguém que interprete as condições de verdade que são enunciadas na sentença de um falante. Esse é o modo mais consistente de prover evidência e satisfação para uma sentença, a fim de que ela tenha significado, possa ser compreendida e interpretada. Davidson rejeita a tradicional teoria da verdade por correspondência, pois ela não leva em consideração a linguagem. Ora, somente sentenças podem ser verdadeiras ou falsas, mas esta não é uma característica inerente a elas, pois seu papel não é relacionar-se diretamente com fatos empíricos. Quer dizer, o requisito de uma correspondência entre linguagem e fatos, se dá em situações dialógicas específicas, não é uma representação da mente. “Na visão de Davidson a questão de ‘como a linguagem funciona’ não tem nenhuma ligação especial com a questão de ‘como o conhecimento funciona’ [...] Uma teoria do significado, para Davidson, não é um conjunto de ‘análises’ do significado de termos individuais, e sim uma compreensão acerca das relações inferenciais entre sentenças” (RORTY, 1980, p. 259-260). Estas relações podem ser compreendidas exatamente da mesma forma que se compreende as condições de verdade para sentenças simples, i.e., elas pertencem ao tipo simples e inequívoco de sentenças como “a neve é branca”. O mesmo não se dá com sentenças de crença, ou aquelas que usam advérbio, ou ainda, aquelas que não podem ser relacionadas com outras através de condições de verdade não triviais. O modo como são “testadas” depende de outras sentenças, cujas condições de verdade fazem parte de uma teoria mais ampla. Davidson não está preocupado com “o que é o caso” (para sentenças isoladas), mas com a linguagem de alguém, a teoria prévia e a teoria de passagem que uma pessoa usa para interpretar cada sentença. Somente nessa situação é que as condições de verdade serão preenchidas. “Não há laços mágicos entre as palavras e as coisas, e sim esquemas de interpretação que dependem de uma comunidade de falantes e, às vezes, apenas de um falante” (ARAÚJO, 2004, p. 198).

Davidson ressalta que há “uma relação entre sentenças, falantes e dados”. Sua concepção de significado tem inúmeras vantagens: a semântica deve levar em conta o

uso de sentenças por falantes em certa ocasião; cada sentença deve ser interpretada numa ocasião de uso, numa situação específica, e o significado é obtido através de condições de verdade que são relativas à situação. Para Davidson não há contradição entre Wittgenstein e Tarski: a linguagem natural, ao mesmo tempo em que é flexível, requer uma interpretação semântica formal. A linguagem, longe de ser uma estrutura fechada, decorre de práticas sociais.

Davidson está na fronteira entre uma semântica formal e as teses pragmáticas que levam em conta o uso, o falante, o ouvinte e a situação de fala, a partir de uma teoria do significado caracterizada pela verdade. Esta tem a função de determinar como os falantes de uma linguagem podem significar através de uma expressão lingüística. É necessário que essa teoria caracterize um predicado de verdade, que não é o único critério, mas é o melhor critério se quisermos uma semântica para uma linguagem natural. Davidson sabe das dificuldades dessa semântica, por exemplo, para conferir significado às sentenças subjuntivas, ou àquelas que têm a ver com probabilidade, relações causais, uso de advérbios, termos de massa, sentenças de crenças, percepção ou intenção. A verdade de uma sentença depende de conexões entre a sentença, os falantes e o mundo (os dados). A linguagem está ligada às situações que demandam verdade, i.e., às construções de uma teoria que também satisfaça as características próprias das sentenças fechadas (que entidades satisfazem às variáveis e quais entidades estão incluídas). O problema é como transportar uma teoria da verdade para uma língua natural, o que envolve a questão da necessidade de formalização de uma língua natural. Além disso, o método semântico não é capaz sozinho, de explicar o uso do advérbio, do modo subjuntivo, da fala citada, do imperativo. Davidson procura uma teoria semântica capaz de dar conta da mudança que ocorre nas sentenças devido às atitudes proposicionais de um falante ou conforme a ocasião de uso. Assim, a verdade não é uma propriedade ou uma característica das sentenças, nem será obtida exclusivamente pelo uso de um ato de fala. Ela tem a ver com a possibilidade de encontrar uma teoria que possa fazer uma determinada sentença verdadeira naquela ocasião e que satisfaça o que certo falante quer dizer. Essa teoria interpreta corretamente uma sentença, que é justamente a teoria da interpretação radical. Para poder interpretar, é necessário saber o significado de cada expressão, o que deve ser feito independentemente do significado em si e do comportamento aberto (*open behavior*). A linguagem se liga a práticas não lingüísticas, há sentenças que devem ser interpretadas em termos de crenças e intenções

que só fazem sentido num todo. Isto não implica que toda e qualquer sentença de uma língua tenha uma interpretação. Não há tal coisa como a linguagem. A interpretação requer apenas habilidade para lidar com os recursos semânticos que permitem traduzir a língua desconhecida em termos familiares que satisfazem determinada interpretação. Uma enunciação (*utterance*) terá ou não a propriedade da verdade e, conseqüentemente sua própria interpretação, considerando-se as atitudes dos falantes. “A verdade é uma propriedade única que se liga ou que falha em ligar duas enunciações, enquanto que cada enunciação tem sua própria interpretação; e a verdade é mais capaz de se conectar com as relativamente simples atitudes dos falantes” (DAVIDSON, 1991, p. 134).

A interpretação depende de sentenças-V (*T-sentences*) que fornecem informação pelo fato de pertencerem a uma teoria que tem propriedades formais e restrições empíricas. É por essa razão que deve haver uma cooperação entre crenças e o significado de expressões. Se a pessoa conhece as condições que provêm sentenças e seu significado com verdade, pode-se inferir a crença do falante. O intérprete trabalha com pressuposições relacionadas com a atitude de um falante. Este pode tomar uma sentença como verdadeira, não apenas uma asserção, mas também ordens, pedidos, ironias e mentiras. Estas são, igualmente, atitudes que podem revelar se um falante toma sua sentença como verdadeira em certa ocasião, em certa circunstância e para certa comunidade de fala, fornecendo evidência e pressupostos para a interpretação. Por detrás disso, há uma teoria formal da verdade que “impõe uma estrutura complexa de sentenças que contêm as noções primitivas de verdade e de satisfação”, afirma Davidson (1991, p. 137), e elas são garantidas pela evidência. Deste modo, Davidson concilia a necessidade de uma estrutura que é articulada em termos semânticos, com uma teoria cujas sentenças são testáveis, ainda que a teoria, ela mesma, não o seja. “Conhecendo apenas as condições sob as quais os falantes tomam sentenças como verdadeiras podemos obter, dada uma teoria satisfatória, uma interpretação para cada sentença” (1991, p. 137), explica Davidson.

5. NÃO HÁ SEMÂNTICA SEM PRAGMÁTICA

A semântica formal de Davidson leva em conta tanto as condições estritamente lingüísticas como o uso lingüístico. À primeira vista, seria uma concepção satisfatória

tanto com relação ao nível do significado de sentenças de uma dada linguagem, como relativamente ao uso por um falante em situação, no contexto da fala, do ato concreto de fala. Cada enunciação permite o reconhecimento de uma atitude proposicional, em dada ocasião de uso, além de certas circunstâncias exteriores que apóiam (ou não) aquela atitude. As pessoas escolhem de acordo com suas preferências, com base em uma “teoria da decisão e em uma teoria da interpretação” (DAVIDSON, 1991, p. 147). Tomar uma sentença como verdadeira envolve a crença de que ela é verdadeira, e a decisão entre proposições tomadas como verdadeiras é a base para a evidência. Como a interpretação de uma sentença é independente de seu uso (contrariando Wittgenstein), isto permite que o intérprete compreenda uma enunciação pela descrição das atitudes de outras pessoas. Davidson explica:

O que deve contar favoravelmente com relação a um método de interpretação é que ele põe a interpretação em concordância geral com o falante: de acordo com o método, o falante sustenta a verdade de uma sentença sob condições específicas e estas condições são obtidas, na opinião do intérprete, apenas quando o falante sustenta que sua sentença é verdadeira (1991, p. 169).

Não há uma teoria perfeita para colocar ambos em acordo, às vezes a teoria é enganosa. A melhor teoria é aquela que torna o acordo o melhor possível, obedecendo ao princípio de caridade.

O exposto acima evidencia que a semântica é construída com recursos que se reportam a um pressuposto: o de que o significado depende da verdade. Essa restrição ao terreno da semântica dá a Davidson um instrumento valioso e consistente, que é uma teoria do significado calcada em dois suportes: verdade e interpretação.

A teoria da interpretação radical limita-se a sentenças fechadas, pois apenas essas sentenças são suscetíveis de abordagem semântica formal. Porém o problema é que **as condições semânticas são necessárias, porém elas não são suficientes**. A análise de Davidson é adequada para as sentenças e o significado de cada sentença é construído com componentes semânticos. A dificuldade não reside no próprio nível semântico, mas na restrição da compreensão lingüística e da comunicação a este nível (sentenças fechadas e suas relações). As análises extensionais do significado e os recursos lógicos essenciais das línguas naturais são tipicamente semânticos. Os usuários não apenas precisam compreender o significado de sentenças por eles empregadas, mas precisam igualmente **justificar** suas crenças, acertar entre si, pontos de vista, e, para tal,

uma teoria que interpreta semanticamente cada sentença, não basta para analisar e nem para sustentar os processos comunicacionais em situações normais de fala. A situação de fala é mais elaborada, ela envolve troca de atos de fala, uso de diversos e variados jogos de linguagem cujas regras que não se limitam ao conteúdo proposicional uma vez que entram fatores e situações que nada têm a ver com as condições de verdade.

Dadas essas “dificuldades”, Katz e Fodor circunscrevem a semântica à capacidade que tem o falante de detectar ambigüidades, anomalias, sinonímias, aplicando tão somente regras gramaticais, excluindo dados do contexto, por estarem fora do limite superior da descrição semântica. Em outras palavras, o que diz respeito ao discurso, é dispensável para a compreensão do significado de uma frase que obedece a critérios normativos da sintaxe e da semântica. Porém, como mostraremos mais adiante, os recursos pragmáticos são imprescindíveis à significação, isto é, para haver interpretante e para haver ato de fala.

Pensamos, ao contrário, de Davidson, que os critérios da evidência e da satisfação devem ser completados pela **aceitação ou não** do conteúdo proposicional, em um ato de fala, que mostrará o uso que um falante dá à sentença, numa situação dialógica. Para chegar ao nível da compreensão, é preciso, portanto, um **passo adiante** em direção às condições pragmáticas, a fim de mostrar como se dão e porque são aduzidas certas **razões** que levam à aceitação de um ato de fala e não apenas à compreensão do significado (sustentar a verdade). O conteúdo proposicional é questionado, rejeitado, negado, etc., pelos falantes. Nas situações reais da fala, não há apenas a enunciação de uma sentença, mas uma ação lingüística, na qual os **recursos semânticos operam através de estruturas pragmáticas** (cf. ARAÚJO, 2005, p. 7-20).

As condições e exigências pragmáticas do discurso mostram que ele é uma prática que tem a ver não só com intenção, atitudes proposicionais, eventos, ações como sustenta Davidson. Essas condições devem prover recursos para a validação, isto é, para o acerto entre os falantes acerca de intenção, especificação do ato de fala, que circunstâncias discursivas são requeridas para tal enunciação; essas são condições inerentes a um texto, a um diálogo, a uma mensagem publicitária, etc. Em suma, **condições formais e condições para o uso, diferem, o que, longe de implicar sua mútua exclusão ou o privilégio de uma com relação à outra, sugere fortemente, e essa é a hipótese deste texto, que são ambas imprescindíveis para a significação e para a comunicação.**

A lingüística estuda desde a menor unidade significativa que é o fonema, até a maior unidade significativa que é a frase gramaticalmente bem construída, isto é, de acordo com as regras fonológicas, sintáticas e semânticas. A frase é o limite superior para as semânticas de cunho estrutural e representa o limite da língua como sistema de signos. A partir daí “entramos num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação cuja expressão é o discurso”, diz Benveniste (1966, 130).

A unidade do nível pragmático não é a sentença, nem sua enunciação por um falante, nem a interpretação de uma sentença sob uma teoria. A unidade de significado é o **ato de fala**, são os **jogos de linguagem** e os variados **modos de usá-los**. Alguns deles têm conteúdo proposicional, mas eles não limitam o significado e a interpretação a sentenças-V.

Para mostrar como essa proposta se sustenta, há dois caminhos: o da pragmática propriamente dita, de Grice e Stalnaker² (item 6); e o de Austin (item 7) e Wittgenstein (item 8).

São os signos que fazem a semiose da realidade, como mostrou Peirce. Sem processos sígnicos seria impraticável a ação humana, desde o manejo de instrumentos, até a confecção do mais simples deles.

Falar não se limita a nomear (tarefa adâmica); ao relacionar uma palavra com uma coisa algo já deve estar pronto na linguagem e nas atitudes e intenções. Formular frases e utilizar sentenças com conteúdo proposicional, não é uma pura atividade mental, do pensamento, e sim uma atividade lingüística, a qual, em meio às diversas atividades não lingüísticas, possibilita as várias operações mentais.

Não há um signo que tenha intrinsecamente a propriedade de denotar, como se ele tivesse uma ligação direta com a coisa. Não há nada que corresponda a “não”, “se”, “quando”; os signos não são etiquetas das coisas.

Além disso, a fala não é obstáculo epistemológico para ciência da linguagem; não só é possível estudá-la, como esse estudo aprofunda e enriquece a própria compreensão de linguagem, e, por conseguinte, de nós mesmos.

² Evidentemente há outros autores representantes do pragmatismo e da filosofia analítica, na filosofia da linguagem, e da pragmática na área da lingüística; a escolha dos autores aqui feita se deve ao papel importante que eles tiveram tanto para iniciar a discussão acerca das relações entre língua e fala, como para mostrar como levar adiante o debate entre os formalistas e os contextualistas. E mais não cabe neste espaço. Ver *Do Signo ao Discurso: Introdução à Filosofia da Linguagem*, Parábola, 2004, para maiores detalhes.

6. A PRAGMÁTICA

O horizonte último da lingüística não é a frase gramatical, nem a semântica nem a pragmática podem restringir sua análise a ela. Com isso caem os mitos da monossemia, da literalidade, e de que falar depende de regras universais codificadas.

Não podemos deixar de mencionar a contribuição de Peirce, um dos fundadores do pragmatismo, talvez o mais representativo movimento filosófico norte-americano; devemos também a Peirce uma caracterização da pragmática, através da noção semiótica de interpretante. Para ele o **signo** pertence à categoria das relações complexas, que são simbólicas. Um signo representa algo **para** a idéia que provoca ou que modifica, ele é um veículo para comunicar à mente algo exterior. Cria mediações genuínas, está relacionado a algo fora dele, uma segunda coisa que vem a ser seu **objeto**, isto é, o representado, com respeito a uma **qualidade**. O terceiro termo dessa relação é o **interpretante**, ou seja, a idéia que o signo provoca a fim de comunicar uma significação. Os objetos podem ser fatos, relações, algo conhecido e que tenha existido ou que se espera existir, uma qualidade, ou um conjunto de partes. Esse processo de significar remete a significação de uma representação a uma outra representação, que U. Eco chama de **semiose infinita**.

“As palavras apenas representam os objetos que representam e significam as qualidades que significam porque vão determinar na mente do ouvinte, signos correspondentes”, afirma Peirce (1977, p.29). Assim, todo signo determina um interpretante, que é também um signo, o qual sempre remete a outro.

Os símbolos são produzidos pelo desenvolvimento de outros signos, especialmente dos ícones. Segundo Peirce,

Só pensamos com signos. Estes signos mentais são de natureza mista; denominam-se conceitos suas partes-símbolo. Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamentos que envolvem conceitos. Assim, é a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir. Uma vez existindo espalha-se entre as pessoas. No uso e na prática seu significado cresce (1977, p. 76).

O signo não se encerra num conjunto fechado de regras, ele permeia e produz a atividade lingüística, permite as trocas lingüísticas, ou seja, a intersubjetividade. A noção de interpretante mostra que o sujeito não “possui” uma mente que contém

pensamentos que representam coisas ou estados de coisas. Há interlocutores situados, e signos são usados o que implica interpretação, inferência, abdução, ação e reação.

Se levarmos em conta essas considerações, fica ainda mais evidente que semântica e pragmática são níveis distintos, mas no exercício lingüístico se superpõem. Não faz sentido defender a independência da semântica com relação à pragmática, nem supor que cabe apenas a esta última, dispor de recursos para a significação.

As noções essenciais para a pragmática, uso, contexto, intenção, crenças, expectativas, efeitos da enunciação, mostram, segundo Stalnaker, que os atos de fala envolvem enunciação de uma proposição considerada não problemática. Sua linha de argumentação segue as teses de Austin e Strawson, para mostrar os casos em que a proposição não é afetada pelo ato de fala (ordem, pedido, promessa, afirmação). Mas, há também, segundo Stalnaker, casos em que

o contexto de enunciação afeta não só a força com a qual a proposição é expressa, como também a própria proposição. Pode ser que as regras semânticas determinem a proposição expressa por uma sentença ou frase somente relativamente a traços da situação na qual a sentença é usada (1982, p. 65).

Quer dizer, as condições de verdade para uma sentença que é usada para fazer uma asserção, podem depender crucialmente de informações acerca da situação; por exemplo, saber a que classe de entes ou pessoas o falante se refere, a quem ou o que tal signo na posição de sujeito do enunciado nomeia, quando foi feita a asserção, para qual auditório, etc.

Mas há também casos em que a proposição pode ser analisada em seus próprios termos na medida em que ela é considerada o objeto de juízos, atos de fala, desejos, vontade, crenças. No caso de uma promessa, por exemplo, “Irei ao cinema sábado à noite com você”, todos os movimentos de leitura do ato de fala como promessa, dependem da proposição, cujo valor de verdade não está ligado à situação de fala atual, mas à possibilidade de ir a um determinado lugar, em determinada data; porém, há casos de ambigüidade contextual em que o mesmo conteúdo pode ser lido/interpretado como ameaça e não promessa. Para saber o referente de “O atual rei da França é sábio” é preciso uma informação contextual, a da história da França. O valor de verdade, aquilo que a proposição expressa é haver alguém atualmente que é rei e sábio, mas não determina o referente.

Assim Stalnaker resume a diferença entre os casos em que as condições são adequadas ao próprio ato, e os casos em que o papel do contexto é requisito para estabelecer o valor de verdade da proposição que um ato de fala expressa:

Duas espécies de problemas pragmáticos foram consideradas; a primeira, a definição de atos de fala – o problema de dar as condições necessárias e suficientes, não para a verdade de uma proposição expressa em um ato, mas para o ato que está sendo executado; segunda, o estudo dos modos pelos quais os contextos lingüísticos determinam a proposição expressa por uma dada sentença nesses contextos. A formulação básica entre determinantes contextuais de proposições e determinantes proposicionais de verdade. Eu argumentei que a distinção tem um fundamento intuitivo e que ela é útil na análise das situações lingüísticas (1982, p. 80).

Já Grice leva a discussão para a conversação. As línguas naturais têm recursos não formalizáveis em termos de lógica, e mostrar essa distinção importa para compreender o modo como se usa a linguagem. Os recursos conversacionais são, em grande parte, os responsáveis pela facilidade e habilidade com que os usuários se fazem entender. As chamadas “implicaturas” mostram que os locutores fazem certas ilações e pressuposições, essenciais para o discurso, que Grice chama de “implicaturas conversacionais”. Sendo os diálogos esforços cooperativos, há o reconhecimento tácito de certos propósitos, de certo direcionamento desses propósitos; a partir desse princípio de cooperação, outros seguem, como: a quantidade de informação adequada à ocasião, sua qualidade, contribuir com informações fidedignas, dizer o que pode fornecer elementos para a evidência, e não o inverso, relevância, e o modo como algo é dito (de preferência, claro, breve, com certa ordem) (cf. GRICE, 1982, p. 86-90). Esses requisitos mostram que Grice concebe o discurso como algo intencional, análogo ao comportamento racional, adequado às circunstâncias. O ouvinte leva em conta o significado convencional das palavras, e mais, ele pode reconhecer o referente, a quem ou a que o falante se refere; além disso, o princípio de cooperação leva em conta o contexto de enunciação, o pano de fundo que fornece conhecimento ou saber implícito; esses fatores estão presentes, em geral, numa conversação bem-sucedida.

Essas particularidades da conversação mostram que Grice analisa o aspecto conversacional, “aquilo que o falante pensa ou procura dar a entender ao utilizar uma expressão numa determinada situação”, explica Habermas (1990, p. 78). Mas há outros fatores pragmáticos, além da conversação, que permitem compreender o que alguém

entende com uma expressão, ou seja, é preciso analisar o que se diz nela, e seu uso em um ato de fala.

Num ato de fala estão contemplados os requisitos estruturais, o valor de verdade que dá conteúdo proposicional à sentença, e o dito em situação real de fala. Semântica e pragmática se co-determinam, como mostram as concepções de linguagem ordinária de Strawson e Austin.

E mais, não será a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein a que melhor sustenta a hipótese de que os dois níveis, o da semântica e o da pragmática não se excluem nem se articulam um após o outro? Suspeito que a resposta é afirmativa. Para Wittgenstein a proposição perde seu status privilegiado, necessário e fundador do sentido; se, de um lado, Austin se volta para a linguagem ordinária, de outro lado, ainda preconiza que fatores semânticos e do discurso se encontram em níveis distintos, com funções distintas. Strawson desloca a referência do enunciado para o ato de afirmar, dito em situação de emprego concreta.

7. A PRAGMÁTICA E OS ATOS DE FALA

Para Strawson, não se deve confundir a **formulação** de uma sentença significativa, com o **uso** de uma sentença por um locutor em uma situação de fala particular, e com a própria **elocução** (*utterance*) da sentença. Segundo Strawson

a significação (...) é uma função da sentença ou da expressão; fazer menção a, referir-se a, e igualmente a verdade ou falsidade, são funções do uso da sentença ou da expressão. Dar a significação de uma expressão (no sentido em que utilizo essa palavra) é dar as **diretivas gerais** sobre sua utilização para referir [...] sobre sua utilização na elaboração de asserções verdadeiras ou falsas [...]. Não se pode identificar a significação de uma expressão com o objeto ao qual nos referimos, com a ajuda desta expressão, numa ocasião determinada: a significação de uma sentença não pode ser identificada com a asserção que se elabora, com a ajuda desta expressão, numa circunstância determinada (1977, p. 18).

A significação depende de convenções lingüísticas, já saber se ela está sendo ou não usada para fazer uma asserção verdadeira ou falsa, e assim realizar a função referencial, tem a ver com o uso, se em determinada circunstância, o locutor a usa para referir ou mencionar algo. Verdade e falsidade, ou seja, o valor de verdade de uma sentença, não se deve uma regra semântica formal, o valor de verdade depende

exclusivamente do **uso**. O uso para fazer uma afirmação verdadeira ou falsa depende “de a pessoa que a utiliza **falar** de algo. Se, ao enunciá-la, a pessoa não estiver falando de algo, não importa o que, então seu uso não é um uso autêntico, mas um uso falsificado, ou um pseudo-uso: ela não faz uma asserção nem verdadeira, nem falsa” (STRAWSON, 1977, p. 20).

Perguntar pela verdade ou falsidade de um ato assertórico é uma questão pragmática e não semântica; A referência pode fracassar (quando não o ente nomeado ou o estado de coisa não pode ser discriminado, se o ouvinte não puder identificar do que se trata), sem que a sentença se torne assignificativa. O fator pragmático indispensável é o contexto.

O contexto da enunciação é de uma importância tal, que é quase impossível avaliar. Por 'contexto' entendo, pelo menos, o tempo, o lugar, a situação, os temas que constituem o foco imediato de interesse e as histórias pessoais tanto do locutor, quanto daqueles a quem ele se endereça. Além do contexto existe, é claro, a convenção lingüística [...]. O requisito [...] para que uma expressão na sua utilização referencial seja corretamente aplicada [...] é de que a coisa se encontre em certa relação com o locutor e com o contexto de elocução (STRAWSON, 1977, p. 29).

Para Austin as afirmações não têm um status privilegiado, ou seja, elas não pertencem às sentenças puramente referenciais, que têm um conteúdo proposicional e seguem as regras semânticas para sentenças com valor de verdade. A afirmação é um tipo de ato de fala, assim como ato de descrever, nomear, relatar, asseverar. A condição de **verdade** torna o ato de afirmação **bem-sucedido**, a força ilocucionária embutida nos atos de fala diz respeito ao uso, portanto, ao sucesso ou não em descrever algo para alguém, afirmar que tal ou coisa é de tal ou tal modo. Apenas certos atos constativos, dadas condições de discurso “neutro”, em que o contexto e o auditório não têm peso (ou não podem ter peso), têm como condição a verdade. Do contrário, trata-se de atos **performativos**, quer dizer, atos do discurso, cuja força ilocucionária vem do dizer em dada situação e dado contexto, e não do conteúdo proposicional. O sucesso de uma afirmação depende de alguém poder saber do que se trata, acerca do que se fala, qual estado de coisa está sendo descrito, que objetos estão sendo designados. Não há ato de fala se o enunciado não for construído de acordo com as regras gramaticais, se ele não disser respeito a algo, isto é, se ele não tiver uma significação e uma referência. Ao ser dito, o enunciado ganha a marca de ato de fala (ordem, pedido, afirmação, promessa, descrição); trata-se da força ilocucionária, que mencionamos acima.

Os aspectos locucionários dizem respeito à significação, e contemplam a frase gramaticalmente aceitável, além disso, o enunciado reporta-se a uma situação, designa algo; esse ato “rético” como Austin o chama permite que o locutor saiba do que se trata. Pode-se caracterizar esse nível como semântico. Já o valor do dito em situação de emprego, ou seja, o ato ilocucionário, diz respeito a elementos pragmáticos. Portanto, são dois aspectos distintos (ato locucionário e ato ilocucionário), num mesmo ato de fala. Assim, a afirmação, dita em situação real de emprego, não tem um estatuto lógico privilegiado. Pelo contrário, ela segue as regras próprias a todo e qualquer ato de fala cujo efeito ilocucionário, é permitir que o ouvinte a compreenda como afirmação, e não como promessa, pedido, ordem. Assim, afirmação perde o status privilegiado que tem na semântica formal, especialmente a semântica referencial, e está sujeita às mesmas condições de sucesso ou fracasso dos atos veridictivos, como julgar, descrever, apreciar, demonstrar. Para que esses atos valham como juízo, descrição, e assim por diante, há fatores pragmáticos do contexto e da intenção do falante, que contam da mesma forma para atos como promessa, pedido, avaliação. Na afirmação “A guerra no Iraque prossegue violenta”, numa conversa, no noticiário, escrita num texto de jornal, tem os efeitos de informar, julgar, orientar a leitura em um certo sentido; aquela afirmação funciona no discurso, do mesmo modo como funcionam outros atos de fala do mesmo tipo, como um aviso, uma informação; se as condições como sinceridade, consistência, fonte fidedigna falharem, a afirmação fracassa. Não cabe dizer que ela é falsa no sentido lógico, formal, e sim no sentido pragmático, que ela é nula (*void*), infeliz. No “ caso de uma afirmação putativa que pressupõe (como se diz) a existência daquilo a que se refere; se este referente não existe, a 'afirmação' não trata de nada”, explica Austin (1975, p. 137).

A pragmática não é apenas efeito da fala dispensável para a compreensão, cuja única função é, por assim dizer, “colorir” a linguagem com os fatores que não contam para a semântica, como falante, discurso, contexto.

O ato ilocucionário tem um papel imprescindível na comunicação lingüística; como não há ato ilocucionário sem ato locucionário e este não é um simples composto de sons e significados, pois diz respeito a uma situação (ideal, possível, existente num tempo e num espaço), pode-se afirmar que a concepção de Austin leva à conclusão de que semântica e pragmática dependem uma da outra, ainda que distintas. Inclusive a própria escolha lexical decorre tanto da significação como das convenções relacionadas

à efetividade do dito em situação de discurso, àquilo que se quer dizer, para alguém, com determinado efeito. Para valer como ato efetivo de discurso, o ato de fala assertórico compromete o falante, assim, importa não só a sentença significativa com sua denotação, pois “**não** é a sentença, mas a produção de uma enunciação na situação de discurso” (AUSTIN, 1975, p. 139) que fazem da afirmação um ato de fala. A afirmação precisa de recursos pragmáticos, como assegurar-se de que o ouvinte compreendeu do que se trata, ou seja, que situação está sendo descrita, com que objetivo, o que ela pressupõe, se pode ou deve ser refutada, se pode ou não ser considerada como pertinente, etc. Ser verdadeira ou falsa, no sentido de corresponder ou não aos fatos, implica a necessidade de julgá-la, apreciá-la através de critérios próprios a esse tipo de emprego; aliás, esse tipo de avaliação não é exclusivo das afirmações, também os atos veridictivos tais como “julgar”, “avaliar”, “declarar”, demandam requisitos do discurso pelos quais são ou não bem-sucedidos.

8. A PRAGMÁTICA E OS JOGOS DE LINGUAGEM

No *Tractatus Logico-philosophicus*, Wittgenstein considera a proposição como o núcleo da linguagem, ela figura logicamente o mundo pelo pensamento, algo que não cabe à linguagem ordinária, pois esta não consta de proposições analisadas, isto é, proposições que projetam o fato. A linguagem proposicional afigura tudo o que a linguagem pode representar, ela reproduz a forma do fato que se projeta nela, através da sentença proposicional. Sua versão do giro lingüístico é radical: o mundo e a linguagem têm uma essência comum, figurável pela gramática lógica. Por isso há sentido apenas da proposição que combina nomes, e dos estados de coisa que combinam objetos. Esse paralelismo entre a estrutura do mundo e o pensamento do mundo se dá através das projeções figurativas da linguagem. O pensamento se expressa na proposição cujos sinais são usados para projetar uma situação possível. A cada nome, na proposição, corresponde um objeto no fato. As proposições são modelos, figurações da realidade tal como pensamos que seja, afirma Wittgenstein (cf. 1994, § 4.01) e pela projeção a proposição mostra como estão as coisas. Se ela for verdadeira diz que as coisas estão assim. A realidade confirma ou não as proposições, estas devem descrever inteiramente a realidade. A linguagem espelha o mundo e, a partir dela, os constituintes últimos da

realidade podem ser inferidos. Os fatos são formulados sob a forma lógica da proposição, o que assegura haver referência.

Wittgenstein **muda essa concepção referencial, semântica de proposição**, e propõe em *Investigações Filosóficas* um novo modelo: no lugar de regras lógicas e semânticas para construir proposições, simplesmente o uso da linguagem ordinária, que, tal como está, está em ordem. A proposição não é tudo, a linguagem é multiforme e variada, pois os jogos de linguagem são tão diversos e numerosos quanto são os usos lingüísticos; falar é uma forma de ação, de comportamento, de atividade de nossas formas de vida e não de representação lógica.

É preciso apenas ver como se **usam** as frases **nos diversos contextos de que fazem parte as formas de vida**. A semântica referencial é que propõe analisar as frases, e isso, critica Wittgenstein, levaria a conceber que a linguagem, a proposição, o pensamento -, teriam uma essência, e caberia à proposição a função de “ligar” linguagem e fatos.

Com a mudança de paradigma, com a virada pragmática, a função expositiva da linguagem é um tipo de gramática dos jogos de linguagem, não tem nenhum privilégio transcendental. O significado das proposições não é algo que o pensamento detém, mas a capacidade de seguir uma regra, de saber, pelo aprendizado, como jogar o jogo da afirmação, da descrição, da interrogação, da distinção, etc., e usá-los de acordo com determinada circunstância. Trata-se de uma atividade, e não de um estado mental, nem de uma propriedade psicológica de um sujeito. A linguagem tal como está, no uso cotidiano, está bem. Ela funciona em nossas formas de vida, como outras ações típicas que os homens foram produzindo em sua história natural, em função do comportamento humano em sua lida com as mais variadas situações.

O uso de “verdade” e o uso de “proposição” estão interligados (cf. 2001, § 225), afirma Wittgenstein; “verdadeiro” e “falso” dizem respeito a proposições, mas não em função de uma regra formal, universal, e sim do mesmo modo como outras regras aprendidas combinam e levam adiante certo tipo de comportamento. Wittgenstein critica a concepção fregeana de proposição como fulcro do pensamento e do significado, algo “mental”; a proposição tem um uso tão corriqueiro quanto, por exemplo, saber continuar uma série numérica, aplicar nomes a cores, distinguir formas de objetos com tal ou tal finalidade. Não há um objeto mental, como que pairando na mente, que seria o significado.

Mesmo se uma proposição for concebida como uma imagem (*Bild*) de um possível estado de coisa e é dita para mostrar a possibilidade do estado de coisas, ainda assim, o máximo que uma proposição pode fazer é o que uma pintura, ou um alto relevo ou um filme faz: e assim ela não pode, em caso algum, não estabelecer o que não é o caso. Então, depende inteiramente de nossa gramática o que será chamado (logicamente) possível e o que não poderá, - isto é, o que esta gramática permite? (WITTGENSTEIN, 2001, § 520).

Essa possibilidade de comparar será diferente se a pintura representar uma cena histórica ou se ela for um quadro não figurativo. Isso significa que Wittgenstein não mais concebe a proposição como fulcro lógico e que somente ela permitiria afirmar algo com sentido.

A proposição representacional, que consta de nomes ligados aos objetos pela referência, passa a ser considerada como um entre os inumeráveis jogos ou possibilidades de uso que a gramática fornece em nossas formas de vida, e não mais o fulcro da linguagem e do mundo. Uma definição ostensiva tem usos diferentes, nomear não é um processo mental, nomear é um meio de representação. A gramática fornece paradigmas (*Vorbildern*), que são instrumentos para fazer comparações, para ensinar, para atribuir significado, ou seja, são instrumentos da linguagem. Representar depende de métodos especiais, que são auxiliares para certos usos. Os jogos de linguagem já trazem a lógica, aquilo que permite descrever um jogo, pertence à lógica. “O significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 2001, § 43).

Há proposições que descrevem situações lingüísticas e conceptuais, outras que descrevem fatos ou situações hipotéticas; são jogos de linguagem cujo uso, contexto e conseqüências diferem. A “lógica” das afirmações verdadeiras, o que faz sentido dizer, demanda compreensão, demanda provar se essa exigência for cabível, e isto como parte da descrição de um jogo de linguagem e não como decorrência da relação biunívoca entre proposição e estado de coisa, típica do modelo referencial e verificacionista. A verdade das proposições empíricas pertence ao nosso **quadro de referência**. Ao invés de calcar a certeza sobre o uso empírico de expressões acerca de experiências visuais imediatas, Wittgenstein pergunta pelo que certa afirmação implica, que tipo de informação ela traz, qual é a sua pertinência. Importa o **contexto**, nele a proposição faz sentido. Há que levar os casos para as **circunstâncias normais** (*gewöhnlichen Umständen*) de uso.

As proposições empíricas têm características próprias, justamente, elas não demandam questionamento e ficam como que fora do caminho das investigações. Mas isso não tem por detrás uma postura fundacionalista; essas proposições não fundamentam empiricamente o conhecimento, nem têm como conteúdo comum o valor de verdade. Simplesmente elas fornecem um tipo de certeza peculiar às nossas formas de vida, delas não é preciso duvidar, do contrário, todo o sistema de crença daquela comunidade ou daquela cultura, se desestabiliza.

Nesse sentido, Wittgenstein não apenas desfaz a distinção entre semântica e pragmática, e mostra como e porque elas estão imbricadas, como usa conceitos e pressupostos filosóficos do pragmatismo. Assim, ele analisa o papel de certas convicções que decorrem da práxis através do contato com o mundo comum a todos.

Contextualizar a fala, ver seus múltiplos empregos, é descartar as hipóteses de cunho estruturais para as quais a linguagem é um conjunto de regras que possibilitam gerar todas e somente aquelas sentenças do sistema, da *langue*, da competência. Mesmo porque, para Wittgenstein, não faz sentido algum separar código, sistema, *langue*, competência, forma, enunciado, *type*, de um lado, e de outro lado fala, *performance*, expressão, enunciação, *token*. Há diversos casos, situações, exemplos em que se usa um enunciado que realiza inúmeras ações lingüísticas, sem recorrer a um fulcro fundador, seja ele a estrutura profunda, o significado mental, a sentença proposicional.

9. CONCLUSÕES

Sob um ponto de vista semântico-pragmático, a linguagem se caracteriza pelas funções de significar algo para alguém, num contexto, com um propósito e com sucesso argumentativo. E para tal são requeridos: signos combinados através das regras da *langue*; a proposição que mostra do que trata determinada sentença de uma língua natural, a que ela diz respeito; a proposição estabelece uma relação formal com suas condições de verdade, e uma relação referencial com o contexto, com o referente, com o falante; qual dessas funções é a apropriada, depende do uso; a ponte entre a semântica e a pragmática se dá através de condições de verdade de uma proposição, que não fica isolada em sua forma lógica; a conversação demanda significação e direcionamento, cooperação; a sentença significativa tem a ver com as regras fonológicas, sintáticas e

semânticas, mas é seu uso em um contexto de enunciação que a torna ato de fala; a unidade lingüística completa é a do ato de fala, seu valor ilocucionário vem do dizer, em situação; o significado como verdade não depende de verificação empírica, mas da relação entre dois falantes, suas crenças e a realidade; a afirmação é um ato de fala e não uma sentença proposicional; o valor ilocucionário de uma afirmação vem do dizer, não se ajusta a um valor de verdade, mas a condições de sucesso; as proposições empíricas fazem parte de formas de vida, contexto, circunstâncias especiais.

A linguagem é ação no mundo e não apenas código que serve para traduzir o pensamento. Ela semiotiza a realidade, a sentença completa significa estados de coisa, mas o que se comunica não é a sentença, e sim os distintos e numerosos jogos de linguagem. Não há código sem uso, não há sistema de regras sem aplicação, não há ato de fala sem função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2. ed. Londres: Oxford University Press, 1975.
2. ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
3. _____. *Davidson's radical intepretation: advantages and restrictions* (texto apresentado no Congresso Davidson, Florianópolis, 2005).
4. BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
5. DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. 6. ed. Oxford: Clarendon Press, 1991.
6. ECO, U. *O signo*. Trad. de Maria de Fátima Marinho. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
7. GRICE, H. P. "Lógica e conversação", in: "Pragmática", in: *Pragmática, problemas, críticas, perspectivas da lingüística* (Org. Marcelo Dascal). Campinas: S/E, 1982.
8. HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Trad. de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
9. PEIRCE, C. S. *Escritos coligidos*. Trad. de Armando Mora de Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os pensadores, 1980.

10. RORTY, R. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton University Press, 1979.
11. SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 7. ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1975.
12. STRAWSON, F. *Études de logique et de linguistique*. Trad. De Judith Miller. Paris: Seuil, 1977.
13. STALNAKER, “Pragmática”, in: *Pragmática, problemas, críticas, perspectivas da lingüística* (Org. Marcelo Dascal). Campinas: S/E, 1982.
14. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Luis Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994.
15. _____. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

RESUMO: Semântica e pragmática são diferentes domínios da lingüística, o que não implica defender que uma ou outra basta para dar conta da linguagem. Elas podem e devem ser analisadas em seus próprios termos, suas funções são distintas. Significação, sinonímia, inteligibilidade de uma frase de um lado, e contexto de uso, recursos do discurso de outro, são particularidades, respectivamente, de cada um dos níveis. Porém no **uso** lingüístico, esses níveis caminham juntos, por vezes se imbricam; a compreensão do dito (semântica) e a leitura do que é dito (pragmática) a alguém, através de um ato de fala, são duas faces da mesma moeda, são complementares e imprescindíveis para a significação e para a comunicação lingüística. A linguagem não se reduz a um simples instrumento para o pensamento representar as coisas, a virada lingüística mostra que a estrutura articulada das línguas é que permite o pensamento, e a virada pragmática mostra que o uso, o contexto e os falantes negociam entre si aspectos da situação de fala e do ato de fala. A sentença proposicional requer elementos da situação, de modo que uma proposição pode ter seu valor de verdade preenchido por informações do contexto de fala. A linguagem é constituída por aspectos semânticos e pragmáticos, os quais se imbricam e dependem um do outro, de modo que defender que a semântica basta para a ciência da linguagem não passa de um formalismo estéril; defender que a semântica nada representa, que falante e situação de discurso bastam, é ignorar que não é possível ato de fala sem significação. Para demonstrar essa hipótese, os caminhos foram: uma semântica não referencial, que ressalta o papel da linguagem na semiotização da realidade; a semântica referencial que dá conta da relação linguagem/realidade; a semântica por condição de verdade que vê o falante em situação e desbanca as teses representacionistas; as vertentes da pragmática que analisam a relação entre proposição e ato de fala, aspectos da conversação, a distinção entre sentença e seu uso, e a diversidade dos jogos de linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: semântica; pragmática; signo; proposição; ato de fala.

ABSTRACT: Semantics and pragmatics are distinct spheres in linguistics, but this does not mean that one or the other taken separately is good enough for language. One can and must analyze semantics and pragmatics in their own terms, for their functions are distinct. Meaning, issues like synonymous or the intelligibility of a phrase, in one side, and phenomena like context of use, discourse, speaker in the other side, are typical respectively of semantics and pragmatics. But in the **language use** they go together, sometimes they implicate one another. Understanding and interpreting someone’s speech act, are the two sides of the same coin. They are necessary and complementary in order to mean something and to communicate. Language cannot be reduced to a mere instrument for the thought to represent reality. The linguistic turn

made it evident that it is the language that permits thought. The pragmatic turn shows that it is the use, the context and the speakers that count. The propositional sentence requires elements that belong to the situation, so its true value depends upon information from the speech context. Language is constituted both by semantics and pragmatics aspects, and they depend one on the other. So those who argue in favor of semantics as the last and sufficient level, ignore the discourse, the result is a sterile formalism. Those who argue in favor of pragmatics, ignore that there is no speech act without meaning. In order to demonstrate this argument, the steps are: a no referential semantics, that is, reality is signified by language; that the true value semantics takes the speaker into consideration, and this overcomes the theses of knowledge as representation of reality; the trends on pragmatics analyze the relation between proposition and speech act, aspects of conversation, the distinction between sentence and its use, and the variability of the language games.

KEYWORDS: semantics; pragmatics; sign; proposition; speech act.

Recebido em 04 de dezembro de 2006.

Artigo aceito para publicação no dia 26 de janeiro de 2007.